



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
PRIMEIRA PROCURADORIA

PARECER: 270/2019–G1P

ASSUNTO: LICITAÇÃO

REFERÊNCIA: PROCESSO Nº 8.356/2014

EMENTA: 1. LICITAÇÃO. PREGÃO ELETRÔNICO POR Nº 21/2014 – PMDF. CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO AUTOMOTIVA CORRETIVA, PREVENTIVA E REPARATÓRIA, INCLUSIVE EM CASO DE SINISTRO, PARA 378 VEÍCULOS DA MARCA MITSUBISHI, MODELO PAJERO DAKAR MT 4X4, ANO 2012, DA FROTA DA POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL, COM FORNECIMENTO DE MATERIAS, ACESSÓRIOS E PEÇAS NOVAS. **DECISÃO Nº 1.643/2014. CONHECIMENTO DO EDITAL. ARQUIVAMENTO. CONTRATO Nº 33/2014, CELEBRADO ENTRE A PMDF E A SOCIEDADE EMPRESÁRIA RR GUILHERME AUTOMÓVEIS LTDA. – ME. REPRESENTAÇÃO DA EMPRESA HILUX COMÉRCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS AUTOMOTIVOS LTDA. DECISÃO Nº 129/2015. CONHECIMENTO. OITIVAS DA PMDF E DA RR GUILHERME AUTOMÓVEIS LTDA. – ME. INFORMAÇÃO Nº 118/2015. PARECER Nº 479/2015 – CF. OFÍCIO Nº 224/2015 – MPG/PG. JUNTADA DO INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO – ICP Nº 08190.019320/15-32 – 2ª PRODEP/MPDFT. DESPACHO SINGULAR Nº 298/2015 – GCIM. REINSTRUÇÃO. DESPACHO SINGULAR Nº 502/2015 – GCIM. REINSTRUÇÃO COM REALIZAÇÃO DE INSPEÇÃO IN LOCO PARA APURAR OS FATOS QUE ENSEJARAM A EXTINÇÃO DO CONTRATO Nº 33/2014. INSPEÇÃO. RELATÓRIO PRÉVIO Nº 3/2016. OITIVAS DA JURISDICIONADA E DA CONTRATADA. RELATÓRIO FINAL DE INSPEÇÃO Nº 190/2017. MATRIZ DE ACHADOS. **DECISÃO Nº 3.056/2017. PROCEDÊNCIA DA REPRESENTAÇÃO. MAJORAÇÃO DO AJUSTE. DETERMINAÇÕES. AUDIÊNCIAS. MANIFESTAÇÃO DA PMDF. APRESENTAÇÃO DE RAZÕES DE JUSTIFICATIVA. DECISÃO Nº 2.959/2018. IMPROCEDÊNCIA DAS RAZÕES DE JUSTIFICATIVA. DILIGÊNCIAS PARCIALMENTE ATENDIDAS. DETERMINAÇÕES À PMDF. ACÓRDÃO Nº 185/2018. APLICAÇÃO DE MULTA. ARTIGO 57, II E III, DA LC Nº 1/1994. PEDIDOS DE REEXAMES INTERPOSTOS EM FACE DOS ITENS II.C, IV E V E II.C, IV.A, V E VII.B DA DECISÃO Nº 2.959/2018. DECISÕES Nºs 3.610/2018 E 4.143/2018. CONHECIMENTO, NO EFEITO SUSPENSIVO. EXAME DE MÉRITO.****

2. ÁREA TÉCNICA CONSIDERA IMPROCEDENTES OS APELOS. SUGESTÕES.

3. PARECER CONVERGENTE DO MPC/DF. IMPROCEDÊNCIA DOS PEDIDOS DE REEXAME. ACOLHIMENTO DO PEDIDO DE REDUÇÃO DO VALOR DA MULTA APLICADA FORMULADO POR UM DOS



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
PRIMEIRA PROCURADORIA

**RECORRENTES, ESTENDENDO O BENEFÍCIO AO OUTRO. HISTÓRICO
DAS CONTRATAÇÕES REALIZADAS NA CORPORAÇÃO.**

1. Neste momento, o presente processo trata de Inspeção realizada na Polícia Militar do Distrito Federal – PMDF em razão de possíveis irregularidades no Contrato nº 33/2014, firmado pela Corporação com a sociedade empresária RR Guilherme Automóveis Ltda. – ME, para prestação de serviços de manutenção automotiva corretiva, preventiva e reparatória, inclusive em caso de sinistro, para 378 veículos da marca Mitsubishi, modelo Pajero Dakar MT 4x4, ano 2012, da frota da Polícia Militar do Distrito Federal, com fornecimento de materiais, acessórios e peças novas, conforme especificações do Anexo I do Edital do Pregão Eletrônico nº 21/2014 – PMDF (fls. 242/274 do Anexo I).
2. Nos moldes adotados pela Unidade Técnica, cumpre lembrar que os autos tiveram início com o exame formal do edital do referido certame, que deu causa à contratação mencionada.
3. Nesse contexto, por meio da r. Decisão nº 1.643/2014 (fl. 18), o e. **Tribunal** conheceu do edital e anexos, e autorizou o arquivamento do feito, sem prejuízo de futuras averiguações.
4. Posteriormente, a sociedade empresária Hilux Comércio de Peças e Serviços Automotivos Ltda. apresentou denúncia (fls. 22/32 e Anexo II), alegando superfaturamento do ajuste firmado com a RR Guilherme Automóveis Ltda. – ME.
5. Ao conhecer da Representação formulada pela Hilux Ltda., por meio da r. Decisão nº 129/2015 (fl. 46), o e. **Tribunal** determinou a oitiva da Corporação Militar e da sociedade empresária contratada.
6. Após as manifestações da PMDF (fls. 52/62) e da RR Guilherme Ltda. – ME (fls. 70/88), ouvidos a Unidade Técnica e o **Parquet** especializado, Informação nº 118/2015 e Parecer nº 479/2015 – CF (fls. 89/97 e 99/102, respectivamente), o **MPC/DF** juntou aos autos a documentação encaminhada pela Segunda Promotoria de Justiça de Defesa do Patrimônio Público e Social do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios – 2ª PRODEP/MPDFT (fls. 166/332), referente ao Inquérito Civil Público – ICP nº 08190.019320/15-32, instaurado para verificar a execução do ajuste em comento.
7. Mediante o r. Despacho Singular nº 502/2015 – GCIM (fls. 369/370), o em. Cons. **Inácio Magalhães Filho**, Relator dos autos, determinou nova instrução do processo, com a realização de inspeção para apuração dos fatos que ensejaram a extinção do Contrato nº 33/2014-PMDF.
8. Por meio do Relatório Prévio de Inspeção nº 3/2016 (fls. 385/406), a 1ª DIACOMP concluiu o seguinte:



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
PRIMEIRA PROCURADORIA

“58. A par de constituírem irregularidades graves, em afronta a dispositivos contratuais, a normas legais e a princípios administrativos tutelados pela Constituição da República – entre os quais, especialmente, o da economicidade –, as impropriedades constatadas durante a execução da presente inspeção revelam **indícios de superfaturamento na execução do Contrato nº 33/2014-PMDF**, com consequente **prejuízo aos cofres públicos**.

59. Em primeiro lugar, a **assinatura do Contrato nº 33/2014-PMDF no valor estimado para a contratação** – antes, portanto, da disputa licitatória –, **em montante R\$ 2.210.391,24** (dois milhões, duzentos e dez mil, trezentos e noventa e um reais e vinte e quatro centavos), ou cerca de 62% (sessenta e dois por cento), **superior àquele adjudicado, homologado e constante da proposta final da Contratada (Achado 1)**, não só representa afronta à necessária vinculação ao instrumento convocatório e à proposta do licitante vencedor, como também pode ter interferido na competição e no resultado do Pregão Eletrônico nº 21/2014, na medida em que, se as demais empresas que disputavam o certame tivessem a exata dimensão do ajuste que seria celebrado, possivelmente apresentariam descontos mais elevados devido à maior escala da contratação.

60. Com a assinatura do 1º Termo Aditivo, que modificou quantitativamente o valor contratual, majorando-o em 25% (vinte e cinco por cento) menos de 5 (cinco) meses após sua celebração, o montante total para o prazo de 12 (doze) meses atingiu a cifra de R\$ 7.237.989,05 (sete milhões, duzentos e trinta e sete mil, novecentos e oitenta e nove reais e cinco centavos), o que representa mais que o dobro do valor obtido na disputa licitatória. Não obstante, o saldo de peças foi praticamente todo consumido em apenas 6 (seis) meses de execução contratual, conforme ratifica expediente subscrito pelo então executor do ajuste, datado de 01.04.15.

61. Em outra frente, as constatações de **acréscimos de peças, materiais e serviços não demandados pela contratante, sem a apresentação de quaisquer justificativas (Achado 2); da não utilização de tabela oficial de preços de peças e materiais da montadora e da ausência de justificativa para a escolha dos códigos dos itens (Achado 3); e da não comprovação da entrega das peças e materiais substituídos e da apresentação das notas fiscais de aquisição e embalagens dos itens fornecidos pela contratada (Achado 4)**, não constituem irregularidades de caráter meramente formal e revelam, no mínimo, negligência dos responsáveis pela fiscalização do ajuste.

62. Quanto às duas últimas (Achados 3 e 4), ao prejudicarem a efetivação de importantes controles administrativos – que dizem respeito aos valores pagos pelas peças e materiais supostamente fornecidos, à comprovação da efetiva substituição dos itens, à real necessidade da substituição e, ainda, à utilização de peças e materiais novos –, podem ter favorecido a ocorrência de **fraudes na execução contratual**. Desse modo, é possível apontá-las, ao lado da constatação descrita no Achado 2, como causas do **exaurimento precoce do saldo contratual, após poucos meses de vigência do ajuste**, além de representarem fortes indícios de **dano ao erário distrital**.

63. Os efeitos das irregularidades relatadas podem ser observados em algumas viaturas que apresentaram gastos com manutenção excessivamente altos em curtos intervalos de tempo e de quilometragem.

64. É o caso, por exemplo, da viatura de prefixo 552717, alocada no 14º BPM. Menos de um mês e cerca de 5.500 Km após realizar a revisão de 60.000 Km, executada pelo próprio Centro de Manutenção da PM (OS nº 5313), deu entrada para nova manutenção (OS nº 5915), na empresa RR Guilherme Automóveis Ltda., sendo gastos



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
PRIMEIRA PROCURADORIA

R\$ 13.614,31 (treze mil, seiscentos e quatorze reais e trinta e um centavos) entre peças, materiais e serviços. Mais um mês e aproximadamente 4.000 Km, o veículo retornou à contratada para a revisão de 70.000 Km (OS nº 6642), que custou à jurisdicionada outros R\$ 16.878,86 (dezesseis mil, oitocentos e setenta e oito reais e oitenta e seis centavos). A viatura ainda retornou à oficina mais três vezes dentro de quatro meses (OS nº 6778, nº 0679 e nº 1448), acarretando mais R\$ 12.701,46 (doze mil, setecentos e um reais e quarenta e seis centavos) em despesas para a Corporação Militar.

65. Ou seja, em apenas 5 (cinco) meses (entre outubro de 2014 e março de 2015) e aproximadamente 19.000 Km rodados (65.942 Km a 84.962 Km), somente essa viatura gerou dispêndios com manutenção da ordem de R\$ 43.194,63 (quarenta e três mil, cento e noventa e quatro reais e sessenta e três centavos). Vale registrar que não foram encontradas informações, entre a documentação relativa às ordens de serviço destacadas, inerentes à ocorrência de sinistros com o veículo nesse período, que justificassem gastos nesses patamares.

66. Nesse quesito, também chamam a atenção os valores gastos com outras viaturas dentro da amostra trabalhada, como aquelas de prefixos 552703 e 552539, as quais, em menos de 6 (seis) meses, consumiram do Contrato nº 33/2014-PMDF, respectivamente, R\$ 52.568,88 (cinquenta e dois mil, quinhentos e sessenta e oito reais e oitenta e oito centavos) e R\$ 63.321,83 (sessenta e três mil, trezentos e vinte e um reais e oitenta e três centavos).¹⁰. Infere-se, portanto, a existência de situações semelhantes na população de 378 veículos modelo Pajero Dakar mantidos no âmbito do aludido contrato e, possivelmente, nas demais avenças de manutenção de viaturas da PMDF. (...)” (fls. 403/406) (Grifos acrescidos).

9. Tendo em vista as impropriedades constatadas, por meio da r. Decisão nº 3.498/2016 (fls. 420/421), à luz do que dispõem o art. 1º, § 1º e o art. 2º, da Resolução nº 271/2014-TCDF, cópia da versão prévia do Relatório de Inspeção nº 3/2016 foi encaminhada à PMDF e à sociedade empresária RR Guilherme Automóveis Ltda. – ME, para conhecimento e manifestação, no prazo de 30 dias, acerca dos achados, critérios e evidências, causas, efeitos, propostas de correção e melhorias dos benefícios esperados, com o alerta para fazer constar argumentos e eventual documentação comprobatória, em caso de discordância.

10. Prosseguindo, após a sustentação oral e apreciação das diversas manifestações trazidas aos autos, a c. **Corte de Contas**, por meio da r. Decisão nº 3.056/2017 (fls. 558/559) deliberou por:

“O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu:

I – tomar conhecimento:

a) do Ofício n.º 830/2016 – ATJ/DFL (fls. 426/428), encaminhado pela Polícia Militar do Distrito Federal – PMDF, em atenção ao disposto no item II da Decisão n.º 3.498/2016;

b) das considerações apresentadas pela sociedade empresária RR Guilherme Automóveis Ltda.-ME (fls. 429/443), em face do disposto no item III da Decisão n.º 3.498/2016;

c) da Matriz de Achados (fl. 444);

d) da Informação n.º 190/2016 – 1ª DIACOMP/SEACOMP (fls. 445/486), que contém o Relatório Final de Inspeção;

e) do Parecer n.º 1.136/2016-CF (fls. 489/499);



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
PRIMEIRA PROCURADORIA

f) do Ofício n.º 145/2017 – ATJ/DLF (fl. 512) e documento anexo (fls. 513/514), encaminhado pela PMDF;

II – considerar, no mérito, procedente a Representação formulada pela empresa Hilux Comércio de Peças e Serviços Automotivos Ltda. (fls. 22/32 e Anexo II – no que tange à majoração do valor do contrato);

III – determinar à Polícia Militar do Distrito Federal – PMDF:

a) a instauração de tomada de contas especial – TCE, com vistas à identificação dos responsáveis e correta quantificação do prejuízo no bojo da execução do Contrato n.º 33/2014-PMDF, nos termos do art. 1º, § 6º, da Resolução TCDF n.º 102/1998, em face das constatações descritas nos Achados 2, 3 e 4 (itens 3.2, 3.3 e 3.4 do Relatório Final de Inspeção), conforme Matriz de Achados de fl. 444;

b) que informe, no prazo de 30 (trinta) dias, quais mecanismos de controle e rotinas administrativas foram adotadas com vistas a sanar as diversas falhas de fiscalização contratual noticiadas na inspeção, apresentando documentos comprobatórios capazes de corroborar os esclarecimentos que vierem a ser prestados;

IV – promover a audiência dos responsáveis indicados a seguir, para que apresentem, no prazo de 30 (trinta) dias, razões de justificativa em face da constatação descrita no Achado 1 (item 3.1 do Relatório Final de Inspeção), conforme Matriz de Achados de fl. 444, ante a possibilidade de aplicação das sanções previstas no art. 57, incisos II e III, da Lei Complementar n.º 01/1994:

a) Cel. Alexandre Antônio de Oliveira Correa, signatário do Contrato n.º 33/2014-PMDF (conforme fl. 841 do Processo n.º 054.000.126/2014);

b) Maj. Alexandre Henrique Garcia Vianna, Chefe da ATJ/DLF à época dos fatos (subscritor do parecer jurídico que fundamentou a celebração do Contrato n.º 33/2014-PMDF, conforme fl. 820 do Processo n.º 054.000.126/2014);

V – dar ciência desta decisão aos interessados nos autos;

VI – autorizar:

a) o encaminhamento de cópia do relatório/voto do Relator e desta decisão à Polícia Militar do Distrito Federal, a fim de subsidiar o cumprimento da diligência constante do item III;

b) a remessa de cópia da Matriz de Achados (fl. 444), da Informação n.º 190/2016 – 1ª DIACOMP/SEACOMP, do Parecer n.º 1.136/2016-CF, do relatório/voto do Relator e desta decisão ao Ministério Público do Distrito Federal e Territórios – MPDFT, nos termos da Decisão Administrativa n.º 06/2006, para ciência e adoção das medidas que julgar pertinente;

c) o retorno dos autos à Secretaria de Acompanhamento – SEACOMP/TCDF, para os devidos fins.” (Grifos acrescidos).

11. Tendo em vista esse comando, a manifestação e razões de justificativas apresentadas pela Corporação e responsáveis e, ainda, sopesados os argumentos sustentados oralmente pelos justificantes na Sessão Ordinária n.º 5036, de 8/5/2018, o c. **Tribunal**, desta feita, por intermédio do r. **Decisum** n.º 2.959/2018 (fls. 736/737), assim deliberou:

“I – tomar conhecimento:

a) do Ofício n.º 1703/2017-SAF e anexos (fls. 593/599), encaminhado pela PMDF em atendimento ao item ‘III-b’ da Decisão n.º 3.056/2017, relevando o atraso verificado;

b) das razões de justificativa encaminhadas pelo Sr. Alexandre Antônio de Oliveira



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
PRIMEIRA PROCURADORIA

Correa (fls. 600/602 e anexos de fls. 603/645), em atendimento ao item 'IV-a' da Decisão n.º 3.056/2017;

c) das razões de justificativa encaminhadas pelo Sr. Alexandre Henrique Garcia Vianna (fls. 568/569 e anexos de fls. 570/592), em atendimento ao item 'IV-b' da Decisão n.º 3.056/2017;

d) da Informação n.º 19/2018 (fls. 652/670);

e) do Parecer n.º 216/2018-CF (fls. 674/684-v);

II – considerar, no que tange à Decisão n.º 3.056/2017:

a) **cumprido o item 'IIIa', tendo em conta o Ofício n.º 1717/2017 – STCE/Auditoria (e-DOC 6DD75F36), juntado ao Processo n.º 26.700/2017;**

b) **atendido formalmente o item 'III-b', porém, insuficientes as providências adotadas pela PMDF relativamente aos Achados 3 e 4 do Relatório Final de Inspeção;**

c) **improcedentes as razões de justificativa encaminhadas em atenção aos itens 'IVa' e 'IV-b', apresentadas pelos Srs. Alexandre Antônio de Oliveira Correa e Alexandre Henrique Garcia Vianna, respectivamente;**

III – determinar à Polícia Militar do Distrito Federal – PMDF que:

a) **doravante, considerando a evidente ilegalidade contida no item 14.5 do Termo de Referência do edital do Pregão Eletrônico n.º 21/2014, deixe de incluir texto similar em editais de licitações, de modo a prevenir a ocorrência de situações semelhantes à identificada pelo Achado 1 do Relatório Final de Inspeção;**

b) **no prazo de 30 (trinta) dias, adote as medidas indicadas a seguir e encaminhe ao Tribunal documentação comprobatória do seu atendimento:**

b.1) **edite norma interna, com relação à implementação do mecanismo de autorização das despesas de acordo com o montante e feita por gestor com nível hierárquico adequado, em vez de apenas implementá-la mediante determinação verbal, conforme informado pela Corporação por meio do Ofício n.º 1703/2017-SAF e do Ofício n.º 1192/2017-ATJ/GAB/DLF (fls. 593/594);**

b.2) **informe quais mecanismos de controle e rotinas administrativas foram adotados especificamente com vistas a sanar as falhas de fiscalização contratual noticiadas nos Achados 3 e 4 do Relatório Final de Inspeção;**

IV – em decorrência do item 'II-c', aplicar a multa prevista no art. 57, incisos II e III, da Lei Complementar n.º 01/1994, no valor de R\$ 17.391,29 (50% do valor máximo definido na Portaria TCDF n.º 399/2016), aos responsáveis indicados a seguir, tendo em conta a falha apontada no Achado 1 do Relatório Final de Inspeção, uma vez que o referido ajuste foi celebrado adotando o valor estimado para a contratação (R\$ 5.790.391,24) em detrimento do valor constante da proposta final da Contratada e do valor adjudicado/homologado (R\$ 3.850.000,00), em afronta à necessária vinculação à proposta do licitante vencedor e contrariando o disposto no art. 55, inciso XI, 'in fine', da Lei n.º 8.666/1993, c/c a Cláusula Segunda do Contrato:

a) **Cel. Alexandre Antônio de Oliveira Correa (signatário do Contrato n.º 33/2014-PMDF);**

b) **Maj. Alexandre Henrique Garcia Vianna (subscritor do parecer jurídico que fundamentou a celebração do Contrato n.º 33/2014-PMDF);**

V – aprovar, expedir e mandar publicar o acórdão apresentado pelo Relator;

VI – dar ciência desta decisão aos responsáveis chamados em audiência em face da Decisão n.º 3.056/2017, indicados nos itens 'I-b' e 'I-c' precedentes;

VII – autorizar:

a) **o encaminhamento de cópia do relatório/voto do Relator e desta decisão à PMDF, de modo a subsidiar a implementação das diligências supra;**



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
PRIMEIRA PROCURADORIA

b) a adoção das providências previstas no art. 217 do RI/TCDF em caso de não recolhimento das multas no prazo estabelecido;

c) o retorno dos autos à Secretaria de Acompanhamento – Seacom/TCDF, para os fins pertinentes.” (Grifos acrescidos).

12. Irresignados com os termos do r. **Decisum** supra, os Srs. Alexandre Henrique Garcia Vianna (fls. 740/743 e anexos de fls. 744/762) e Alexandre Antônio de Oliveira Correa (fls. 776/795 e anexos de fls. 796/813) interpuseram Pedidos de Reexame, os quais foram conhecidos por meio das rr. Decisões n.ºs 3.610/2018 (fl. 770) e 4.143/2018 (fl. 822), respectivamente, que também lhes atribuíram o efeito suspensivo **ex lege**.

13. Desse modo, desta feita, vêm os autos ao **Ministério Público de Contas** para manifestação acerca do **mérito** dos apelos em comento.

14. Em apertada síntese, o Sr. Alexandre Henrique Garcia Vianna (subscritor do parecer jurídico que fundamentou a celebração do Contrato n.º 33/2014-PMDF) trouxe à baila argumentos apresentados em suas razões de justificativa, em que alegou que o mencionado Parecer Jurídico foi elaborado com base em premissas adotadas anteriormente pela PMDF e fundamentado, principalmente, em consultoria formulada à empresa ZÊNITE, especialista na área de licitações e contratos, que emitiu parecer, em que concluiu:

“Daí porque podemos afirmar que, no caso concreto, urna interpretação a contento dos itens 7.3 e 7.4, do termo de referência do processo de contratação, indicam que o valor (estimado) do contrato a ser firmado será aquele indicado no termo de referência. Dele serão abatidos os valores relativos as ordem de serviços a serem expedidas pela Administração durante a execução do contrato, sobre as quais incidirá o percentual de desconto oferecido pelo particular durante o certame.”(negrito meu)

15. Ainda, destacou que, naquela oportunidade, demonstrou que a tese adotada no Parecer é ainda defendida pela PMDF, a teor dos Ofícios n.ºs 830/2016 e 145/2017 do Departamento de Logística e Finanças da Corporação.

16. Nada obstante essas alegações, lembrou que o n. Relator considerou improcedentes seus argumentos e pugnou pela aplicação da multa prevista no art. 57, II e III, da LC n.º 1/1994, no valor de R\$ 17.391,29 (50% do valor máximo definido na Portaria TCDF n.º 399/2016).

17. Prosseguindo, com espeque nas disposições contidas no art. 286, incisos II e III, da Resolução n.º 296/2016, que aprovou o Regimento Interno do **TCDF**, e procedendo ao exame dos autos e do voto condutor da r. Decisão recorrida, ponderou que o valor da multa aplicada é desproporcional ao ato cometido.

18. Para tanto, argumentou que o Achado 1 trata-se de ato único e, deste modo, a aplicação de 50% do valor máximo definido na Portaria TCDF n.º 399/2016, para cada um dos apenados, corresponderia, na verdade, na aplicação da penalidade máxima prevista no RI/TCDF, isto é, 100%.



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
PRIMEIRA PROCURADORIA

19. Ademais, arguiu que não foi levado em consideração o fato de o parecer emitido pelo recorrente ter seguido o princípio da vinculação ao Edital Normativo que, em seu item 14.5, assim estipulava:

“14.5 O(s) valor(es) do(s) contrato(s) oriundo(s) do procedimento licitatório no qual este Termo resultará, será o estimado neste documento, independente do desconto oferecido pela licitante vencedora, uma vez que esse valor se refere aos gastos efetivamente realizados, em contratos anteriores, para manter as viaturas das marcas/modelos objeto deste Termo. Sendo assim, os preços já passaram por desconto, motivo pelo qual a Administração deve considerar como valor do contrato o estimado neste documento, considerando assim, o desconto oferecido pela CONTRATADA tão somente para a execução do contrato;” (negritos nosso).

20. A propósito, lembrou que a e. **Corte de Contas**, ao proferir a r. Decisão nº 1.643/2014, concluiu que o Edital do Pregão Eletrônico nº 21/2014 – PMDF não apresentava irregularidades que impedissem o prosseguimento do certame.

21. Por fim, aduziu que o parecer emitido não pode ser considerado ato de gestão, que referido opinativo é facultativo e não vinculativo e, por si só, não possuía o condão de interferir na fase de execução contratual, momento em ocorreram os possíveis danos ao Erário, apurados em sede de TCE no âmbito do Processo TCDF nº 26.700/2017.

22. Nesse sentido, requereu à e. **Corte**:

“Pelo exposto, requer-se o acolhimento do presente pedido e o consequente reexame da Decisão TCDF n. 2959/2018, no sentido da não aplicação da multa, por não ter este signatário em momento algum agido de má-fé.

Como pedido secundário, caso essa Corte não entenda pelo acatamento do pedido de não aplicação da multa, que seja então aplicada no percentual mínimo previsto no item II do art. 272 do Regimento Interno dessa nobre Casa, não se enquadrando o ato praticado no item III do citado artigo.”

23. Por sua vez, o Sr. Alexandre Antônio de Oliveira Correa (signatário do Contrato n.º 33/2014-PMDF), alegou a necessidade de reforma da r. Decisão nº 2.959/2018, **itens II.c, IV.a, V e VII.b**, ponderando, para tanto, que, na condição de Chefe do Departamento de Logística e Finanças da PMDF, exerceu o cargo com zelo e responsabilidade, obedecendo fielmente as diretrizes do Decreto nº 31.793/2010¹ e que, **in casu**, agiu em conformidade com todos outros editais da PMDF, isto é, seguindo uma praxe da Corporação.

24. Nos moldes adotados pelo Sr. Alexandre Henrique Garcia Vianna, se socorreu das disposições contidas no item 14.5 do Pregão Eletrônico nº 21/2014 – PMDF, transcritas no parágrafo 19 acima, lembrando que o Edital foi examinado pela e. **Corte de Contas**, que não identificou irregularidades com o condão de impedir o prosseguimento do certame.

¹ Regulamenta a aplicação do inciso II, do artigo 48, da Lei nº 6.450, de 14 de outubro de 1977, que dispõe sobre a Organização Básica da Polícia Militar do Distrito Federal. (revogado pelo Decreto nº 37.321/2016).



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
PRIMEIRA PROCURADORIA

25. Afirmou que o edital em questão seguiu o padrão de outros certames no âmbito da Corporação, a partir de entendimento consolidado da PMDF, *“sem qualquer ingerência, dolo ou culpabilidade do RECORRENTE no que se refere a essa tomada de decisão.”*

26. Nesse diapasão, relacionou diversos editais de licitação, deflagrados em datas anteriores e posteriores ao examinado nestes autos, em que constam a cláusula de vinculação do contrato ao valor estimado, conforme a seguir:

“ EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 16/2012 SERVIÇOS - PMDF

1.1. Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de manutenção preventiva, corretiva e assistência técnica, fora do período de garantia, para os veículos de marca/modelo: Fiat/Palio 1.4 e 1.8; Renault/Logan 1.6; GM/Prisma 1.4 e Ford/Fiesta Sedan 1.6, pertencentes à frota da Polícia Militar do Distrito Federal - PMDF, com fornecimento de peças originais e de materiais necessários ao perfeito funcionamento dos veículos descritos no “Anexo A” do Termo de Referência, Anexo I deste Edital.

(...)

7.3 O valor do contrato oriundo do procedimento licitatório no qual este Termo resultará, será o estimado neste Termo de Referência, uma vez que esse valor se refere aos gastos efetivamente realizados para manter as viaturas das marcas/modelos objeto do contrato.

7.4. Ressalta-se que os valores descritos no item anterior são os vencedores da licitação que gerou o contrato. Sendo assim, os preços já passaram por um desconto, motivo pelo qual a Administração deve manter como valor do contrato o estimado neste documento.’

E outro

‘EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2013 SERVIÇOS – PMDF

OBJETO: 1.1. Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de manutenção preventiva, corretiva e assistência técnica para os 61 (sessenta e um) veículos, de marca/modelo NISSAN FRONTIER, pertencentes à frota da Polícia Militar do Distrito Federal - PMDF, com fornecimento de peças e acessórios originais necessários ao perfeito funcionamento dos veículos descritos no ‘Anexo A’ do Termo de Referência, Anexo I deste Edital.

(...)

7.4. Os valores estimados para peças e serviços foram extraídos dos gastos reais provenientes das manutenções realizadas no último ano de contrato referente ao processo nº 054.001.330/2007, para serviço de manutenção com aplicação de peças nas viaturas MITSUBISHI L200 da corporação, conforme apurado no Anexo ‘B’, tendo em vista a similaridade entre os dois modelos (motor 2.5 diesel).

7.5. O valor do contrato oriundo do procedimento licitatório no qual este documento resultará, será o estimado neste Termo de Referência, uma vez que esse valor se refere aos gastos efetivamente realizados para manter as viaturas da marca/modelo similares ao objeto do contrato.

7.6. Ressalta-se que os valores descritos no item 7.3 foram os efetivamente gastos em contratos anteriores. Sendo assim, os preços já passaram por um desconto, motivo pelo qual a Administração manterá como valor do contrato o estimado neste documento,



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
PRIMEIRA PROCURADORIA

tendo em vista que o desconto se dará apenas em cima da tabela de preços de venda a vista do fabricante, uma vez que o julgamento da proposta será nos termos do item 15.'
E outro

'EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 09/2013 SERVIÇOS – PMDF

1.1. Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de manutenção preventiva e/ou corretiva, de forma continuada, em motocicletas pertencentes a frota da Polícia Militar do Distrito Federal - PMDF, com fornecimento de peças e acessórios de qualidade igual e/ou superior às originais, ao perfeito funcionamento dos veículos descritos no 'Anexo A' do Termo de Referência, Anexo I deste Edital.

(...)

4.4.4. O valor total estimado para o contrato anual será de R\$ 5.942.924,26 (cinco milhões novecentos e quarenta e dois mil novecentos e vinte e quatro reais e vinte e seis centavos).

4.4.4.1. Para fins de contratação será mantido os valores descritos no subitem 4.4.1, para cada item, haja vista que o preço da manutenção, por veículo, levantado neste TR, referir-se aos gastos efetivamente realizados para manter as motocicletas de marca e modelo similares ao objeto deste termo. **Ademais, o julgamento da proposta será menor preço sobre maior desconto incidente na tabela oficial do fabricante, sendo o valor estimado apenas um limitador de gastos para a administração pública.**

(...)

E outro

'EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 05/2016 SERVIÇOS – PMDF

1.1. Contratação de pessoa jurídica especializada para prestação de serviços de manutenção automotiva corretiva e preventiva, para os veículos da linha MITSUBISHI, modelo Pajero Dakar, ano de fabricação 2012, a diesel, pertencentes à frota da Polícia Militar do Distrito Federal, com fornecimento de materiais, acessórios e peças novas, de primeiro uso, com qualidade igual ou superior as originais, de acordo com as especificações e requisitos contidos no Termo de Referência, anexo deste edital.

(...)

4.2 O valor global estimado para este Termo de Referência é de R\$ 5.203.182,46 (cinco milhões, duzentos e três mil, cento e oitenta e dois reais e quarenta e seis centavos), somatório das colunas C e F dos respectivos quadros resumos abaixo:

4.2.1. O(s) valor(es) do(s) contrato(s) oriundo(s) do procedimento licitatório no qual este Termo resultará será o estimado no item 4.2, independente do desconto oferecido pela licitante vencedora.' (Fls. 784/787) (Grifos no original).

27. Nesse seara, justificou o entendimento reiteradamente utilizado pela Corporação nos editais que mencionou, **o valor do contrato deverá ser o estimado**, aduzindo para tanto que:

- “1. o valor se refere aos gastos efetivamente realizados, em contratos anteriores, para manter as viaturas das marcas/modelos objeto do Edital;
2. os preços já passaram por um desconto, motivo pelo qual a Administração deve considerar como valor do contrato o estimado, considerando assim, desconto oferecido pela CONTRATADA tão somente para a execução do contrato;
3. o julgamento da proposta será menor preço sobre maior desconto incidente na tabela oficial do fabricante, sendo o valor estimado apenas um limitador de gastos para a administração pública.



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
PRIMEIRA PROCURADORIA

Assim sendo, constata-se que as motivações para que conste no Edital que o Valor Contratado deve ser o Valor Estimado da Contratação tem como fundamento precípua a preservação ao erário, como forma de limitação de gastos públicos, mas que não seria de todo empenhado à contratada, já que PAULATINAMENTE seriam apresentados DESCONTOS para os serviços de manutenção, DURANTE A EXECUÇÃO DO CONTRATO:

*‘10.3 Para o montante das peças a serem aplicadas, a Contratada deverá fornecer em seu orçamento, a relação de peças, sua codificação catalogada pelo fabricante, **indicando a marca e os valores brutos e com incidência do desconto concedido**, indicando ainda a descrição do tipo/modelo da viatura, placas e ou prefixo, Unidade Policial Militar - UPM detentora da viatura, odômetro e número da Ordem de Serviço que originou a baixa;’*

Diante da controvérsia sobre o valor a ser contratado, se seria estimado ou o gerado no sistema decorrente do desconto oferecido pela licitante vencedora, a Zênite - Consultoria em Licitações e Contratos, em resposta aos questionamentos da corporação, exarou Parecer nesse sentido:

*‘Daí porque podemos afirmar que, no caso concreto, uma interpretação a contento dos itens 7.3 e 7.4, do termo de referência do processo de contratação, **indicam que o valor (estimado) do contrato a ser firmado será aquele indicado no termo de referência. Dele serão abatidos os valores relativos às ordem (sic) de serviços a serem expedidas pela Administração durante a execução do contrato, sobre as quais incidirá o percentual de desconto oferecido pelo particular durante o certame.**’*

Portanto, a justificativa para que o valor estimado da contratação conste como valor do contrato é simples:

- 1. trata-se do teto de gastos para os serviços em apreço, limitando a PMDF até aquele valor;*
- 2. em se tratando de serviço POR DEMANDA, ou seja, oriundo tão somente da NECESSIDADE paulatina ou eventual de se realizar manutenção em uma viatura, o valor efetivamente PAGO deveria INCIDIR no DESCONTO oferecido pela contratada durante o torneio licitatório.*

Assim sendo, na prática o que ocorria era o seguinte procedimento:

- 1. emissão de Ordem de Serviço atestando a necessidade de realização de manutenção em determinada viatura;*
- 2. pagamento de valor calculado em cima do DESCONTO oferecido no torneio licitatório pela Contratada, a qual somente se sagrou vencedora porque ofereceu o MAIOR DESCONTO;*

Veja-se, portanto, que embora aparentemente incomum, o sistema utilizado como praxe na PMDF era fato contar como VALOR CONTRATADO o Estimado. (...)” (Fls. 788/789) (Grifos acrescidos).

28. Por fim, o recorrente alegou que sempre agiu com boa fé e que não lhe pode ser imputada qualquer responsabilidade, especialmente em razão de os fatos terem ocorrido por conduta de seus subordinados.

29. Nesse sentido, requereu à e. Corte o provimento do Pedido de Reexame para que:



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
PRIMEIRA PROCURADORIA

*“a) seja o presente Pedido de Reexame CONHECIDO por atender aos pressupostos de admissibilidade, imprimindo EFEITO SUSPENSIVO à Decisão nº 2959/2018;
b) seja reformada a Decisão nº 2.959/2018 extirpando in totum a Multa aplicada ao RECORRENTE em face das alegações ora trazidas.” (Fl. 795).*

30. A respeito do mérito dos Pedidos de Reexame interpostos, a Unidade Técnica, por meio da Informação nº 202/2018 – 1ª Diacomp (fls. 839/867), assim se posicionou no que interessa:

“ANÁLISE

23. *Compulsando o Pedido de Reexame interposto pelo Sr. Alexandre Henrique Garcia Vianna frente os itens II, ‘c’, IV e V da Decisão nº 2.959/2018 (fls. 740/743 e anexos de fls. 744/762); bem assim o apresentado pelo Sr. Alexandre Antônio de Oliveira Correa face os itens II, ‘c’, IV, ‘a’, V e VII, ‘b’, da mesma Decisão nº 2.959/2018 (fls. 776/795 e anexos de fls. 796/813), concluímos não assistir razão a quaisquer dos recorrentes.*

24. *Não lhes socorrem as alegações quanto à utilização do valor estimado em detrimento do apregoado a um, porque ilegais; e, a dois, porque desarrazoados.*

25. *A vinculação à proposta do licitante vencedor é inafastável nos termos do art. 55, XI, da Lei nº 8.666/93. Sendo assim, não se sustentam quaisquer argumentações para não se contratar pelo valor sintetizado no devido procedimento licitatório.*

26. *Não há razão quanto às simulações de contratação pelo valor orçado. Primeiro porque haveria desvio de finalidade do processo de licitação, visto que este deveria ser observado à risca e, portanto, não se justificaria firmar avença por valor maior que dele derivado, ainda que tivesse por objetivo a garantia de recursos à execução contratual.*

27. *Se houve falha no planejamento, e se pretendia saná-la, o meio adotado não foi eficaz, pois não razoável, tampouco legal. Ao estimar, com base na experiência do Centro de Manutenção - CEMAN, o gasto com a manutenção, poder-se-ia alinhar o que efetivamente seria necessário à execução do serviço em face da experiência interna, devendo-se valer desses dados com a intenção de contratar no sentido de editar as regras que atendessem ao desiderato com o menor custo possível.*

28. *De outra sorte, poder-se-ia mesmo questionar a exequibilidade da proposta apresentada, pois se não faria frente ao gasto da manutenção experimentado por aquele CEMAN, ou não era exequível a proposta ou houve falha editalícia, pois é inquestionável que a PMDF contava com a experimentação ao preferir o preço orçado ao invés do apregoado.*

29. *Ademais, temos que as razões recursais no ponto se apresentam contraditórias, pois se se pretendia contratar o fornecimento de peças genuínas por que se pesquisaria preços no mercado de peças que não o fossem? O planejamento e a metodologia empregada devem visar à melhor contratação, não cabendo emendas que tais para colmatar falhas.*

30. *Ao fim e ao cabo, entendemos não merecerem prosperar as razões recursais dos Pedidos de Reexame do Sr. Alexandre Henrique Garcia Vianna (fls. 740/743 e anexos de fls. 744/762) e as do Sr. Alexandre Antônio de Oliveira Correa (fls. 776/795 e anexos de fls. 796/813), visto não serem capazes de afastar a mácula da majoração do valor do Contrato nº 33/2014. Além da ilegalidade, contrariando a disposição do art. 55, XI, da Lei nº 8.666/93, não se sustentam as razões de justificativa para sua*



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
PRIMEIRA PROCURADORIA

consecução, apresentando-se mesmo como desvio de finalidade a majoração para fazer frente à realidade que não foi contemplada na contratação.

31. Diante disso, opinamos pelo não provimento dos Pedidos de Reexame manejados.

32. Nada obstante nossa conclusão pelo não acolhimento das razões recursais, consideramos pertinente a deliberação pela Corte quanto ao pedido alternativo formulado pelo recorrente Sr. Alexandre Henrique Garcia Vianna, fl. 743, de redução do valor da multa ao valor mínimo previsto no item II do art. 272 do RI/TCDF, ante as considerações de atenuação alvitadas na fase anterior pelo Parquet, fls. 679-v/681-v.

33. Por fim, destacamos que caso o Tribunal entenda pertinente a redução do quantum fixado para a penalidade aplicada, a medida deve alcançar ambos os recorrentes, com fulcro no art. 282 do RI/TCDF, embora o Sr. Alexandre Antonio de Oliveira Correa não tenha formulado pedido nesse sentido.” (Fls. 866/867) (Grifos acrescidos e no original).

31. Por fim, a Unidade Técnica sugeriu ao e. **Plenário** que:

“I. tome conhecimento desta instrução;

II. negue provimento aos Pedidos de Reexame interpostos pelos Srs. Alexandre Henrique Garcia Vianna (fls. 740/743 e anexos de fls. 744/762) e Alexandre Antônio de Oliveira Correa (fls. 776/795 e anexos de fls. 796/813);

III. delibere acerca do pedido alternativo de redução do valor da multa aplicada aos recorrentes;

IV. autorize:

a. a ciência dos recorrentes da decisão que vier a ser adotada; e

b. o retorno dos autos à SEACOMP para as consectárias medidas.” (Fls. 867).

32. Dada a natureza da matéria, o i. Cons. **Paulo Tadeu**, Relator desta fase recursal, encaminhou os autos ao **MPC/DF** por meio do r. Despacho Singular nº 148/2019-GC/PT (fl. 954) para manifestação acerca do mérito das irresignações.

33. Após este relato, passo à análise do presente feito.

34. Adentrando a análise do mérito dos Pedidos de Reexame interpostos pelos Srs. Alexandre Henrique Garcia Vianna e Alexandre Antônio de Oliveira Correa em face dos itens II.c, IV e V; e II.c, IV.a, V e VII.b, respectivamente, da r. Decisão nº 2.959/2018, vale destacar que o **Parquet** especializado possui entendimento **convergente** com o exame apresentado pela Primeira Divisão de Acompanhamento na Informação nº 202/2018 (fls. 839/867).

35. Nesse diapasão, o **MPC/DF anui** com as conclusões alcançadas pela Unidade Técnica no que diz respeito à **improcedência** das razões recursais apresentadas, ora examinadas.

36. Com efeito, verifica-se que os recorrentes, em seus Pedidos de Reexame constantes às fls. 740/743 e anexos de fls. 744/762 e 776/795 e anexos de fls. 796/813, respectivamente, não trouxeram quaisquer argumentos com o condão de reverter os itens II.c, IV e V; e II.c, IV.a, V e VII.b da r. Decisão nº 2.959/2018.



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
PRIMEIRA PROCURADORIA

37. Cumpre destacar que as razões recursais em comento atinentes ao Achado 1 (item 3.1 do Relatório Final de Inspeção), qual seja: “valor consignado no Contrato nº 33/2014 – PMDF maior que o adjudicado/homologado e constante da proposta final da licitante vencedora”, são mera **repetição** das alegações ofertadas pelos ora recorrentes nas razões de justificativa trazidas ao feito (fls. 568/592 e 600/645), por força da audiência determinada no item IV da r. Decisão nº 3.056/2017 (fls. 558/559).

38. Tais argumentos, ressalto, foram **amplamente examinados e refutados** tanto pela Unidade Técnica quanto pelo Órgão Ministerial, a teor da Informação nº 19/2018 e do Parecer nº 216/2018-CF, respectivamente (fls. 652/670 e 674/684).

39. Desse modo, não se verificando nesta fase qualquer elemento que pudesse alterar o posicionamento esposado no Achado 1 do Relatório de Inspeção, repita-se, a irregularidade do contrato com valor que não considerou a incidência do desconto licitado, também aos olhos do **Parquet** especializado, os apelos interpostos pelos Srs. Alexandre Henrique Garcia Vianna e Alexandre Antônio de Oliveira Correa **não devem ser providos**.

40. Nada obstante, malgrado esse posicionamento, relembro que a Área Técnica, ao opinar pelo não acolhimento das razões recursais, considerou pertinente a deliberação pela e. **Corte de Contas** quanto ao pedido alternativo formulado pelo Sr. Alexandre Henrique Garcia Vianna, fl. 743, de **redução do valor da multa ao valor mínimo previsto no inciso II do art. 272 do RI/TCDF**, ante as considerações de **atenuação** alvitadas na fase anterior pelo **Parquet** especializado, alcançando a medida ao outro recorrente, Sr. Alexandre Antônio de Oliveira Correa, em que pese não tenha formulado pleito neste sentido.

41. Nesse diapasão, oportuno repisar o posicionamento do **Parquet** especializado lançado no Parecer nº 216/2018-CF (fls. 674/684), de lavra da i. Procuradora **Cláudia Fernanda de Oliveira Fernanda**, quando do exame das razões de justificativa apresentadas pelos ora recorrentes, **verbis**:

“31. Veja-se que o cerne do Achado 1 é que o valor contratual ficou acima do valor da licitação, pois deixou de ser aplicado o desconto licitado sobre o valor de referência.

32. É o que se denota da Matriz de Achados (fl. 444), que apresenta o Achado 1: ‘Valor consignado no Contrato nº 33/2014-PMDF maior que o adjudicado/homologado e constante da proposta final da licitante vencedora’, (...)

33. Quanto a esse achado, o responsável foi chamado a se manifestar, pois foi ele quem assinou o Contrato n.º 33/2014-PMDF, decorrente do Pregão Eletrônico n.º 21/2014, (...)

34. Quanto a isso, o responsável traz uma informação que, a seu ver, interferiu na prática da conduta pela qual foi chamado em audiência, qual seja, o disposto na cláusula 14.5 c/c 7.1 do Termo de Referência inserido no Edital, (...)

35. Verifica-se que o apontado no Achado 1 do Relatório de Inspeção guarda estreita relação com o disposto no item 14.5 da regra editalícia, pois é definido, preliminarmente à licitação, qual seria o valor a ser pactuado contratualmente.

36. Ressalto que este procedimento não está de acordo com o tipo ‘menor preço’ utilizado na modalidade pregão, visto que não considera para o contrato o valor



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
PRIMEIRA PROCURADORIA

alcançado com a competitividade do certame, sendo, portanto, mantidas as considerações do Achado 1 em relação à irregularidade.

37. *No caso específico, o agente, ao praticar o ato de assinatura do contrato, estava cumprindo uma cláusula do edital ao qual se vincula, por força do **princípio da vinculação ao instrumento convocatório**, conforme tipificado nos arts. 3º e 41º da Lei nº 8.666/93:*

*‘Art. 3º. A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, **da vinculação ao instrumento convocatório**, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.*

*Art. 41º. A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, **ao qual se acha estritamente vinculada**.’ (grifou-se)*

38. *O que demonstra os autos é que os motivos apontados no Edital, para a manutenção do valor estimado no contrato, não são legítimos, visto que a pesquisa de preços não considera os valores da tabela da montadora com descontos. Ademais, o Edital não deveria ter previsto tal condição, conforme proposição do Corpo Técnico de **‘determinar à PMDF que, doravante, evite a inclusão de texto similar em editais de futuras licitações.**’*

39. *Acrescenta-se, ainda, que a assinatura contratual foi disposta após manifestação do Chefe da Assessoria de Análise Técnico-Jurídica, Sr. Maj. Alexandre Henrique Garcia Vianna, o qual também foi chamado em audiência nestes autos por conta do Parecer Jurídico que indicou o valor do termo de referência como o correto para inserção no contrato.*

40. *Contudo, em que pese a descrição do Edital e a manifestação da consultoria jurídica, este **MPC aquiesce** ao Corpo Técnico quanto à responsabilização do defendente, pois, conforme constatado no Achado, o ato do responsável resultou em prejuízos à Administração.*

(...)

42. *Não obstante, **merece ponderação as questões levantadas nos §§ 31 a 39, conforme argumentado pelo defendente, dados que podem ser levados em consideração como atenuante da conduta funcional ora verificada.***” (Fls. 679/681) (Grifos acrescidos e no original).

42. Com efeito, à luz dos argumentos trazidos aos autos, foi possível verificar que era recorrente em procedimentos de licitação da Corporação a utilização do dispositivo editalício que indicava qual deveria ser o valor do contrato, a teor da Clausula 14.5² do Termo de Referência do Edital do PE nº 21/2014-PMDF.

² “14.5 O(s) valor(es) do(s) contrato(s) oriundo(s) do procedimento licitatório no qual este Termo resultará, será o estimado neste documento, independente do desconto oferecido pela licitante vencedora, uma vez que esse valor se refere aos gastos efetivamente realizados, em contratos anteriores, para manter as viaturas das marcas/modelos objeto deste Termo. Sendo assim, os preços já passaram por desconto, motivo pelo qual a Administração deve considerar como valor do contrato o estimado neste documento, considerando assim, o desconto oferecido pela CONTRATADA tão somente para a execução do contrato;”



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
PRIMEIRA PROCURADORIA

43. Nessa vertente, os recorrentes trouxeram extenso elenco de editais lançados pela Corporação que, igualmente, estabeleciam essa condição, a partir de entendimento consolidado da PMDF.

44. Referida inconsistência, ressaltado, foi objeto da determinação contida no **item III.a**, da r. Decisão nº 2.959/2018 para que, doravante, a PMDF evite a inclusão de texto similar em editais de futuras licitações, de modo a prevenir a ocorrência de situações semelhantes à identificada pelo Achado 1 do Relatório Final de Inspeção.

45. Desse modo, em que pese o não acolhimento das razões recursais pelos motivos exposto neste Parecer, o **MPC/DF** entende que o e. **Tribunal** possa acolher o pedido formulado pelo Sr. Alexandre Henrique Garcia Vianna, de redução do valor da multa aplicada ao mínimo previsto no inciso II do art. 272 do RI/TCDF, estendendo tal benefício ao Sr. Alexandre Antônio de Oliveira Correa, com fulcro no art. 282 do RI/TCDF.

46. Ante o exposto, com as considerações acima, o **Parquet** especializado **converge** com as conclusões alcançadas pela percuciente Unidade Técnica e, neste sentido, **opina** para que o e. **Plenário acate** as sugestões contidas em sua Informação nº 202/2018 – 1ª DIACOMP (fls. 839/867).

É o Parecer.

Brasília, 9 de outubro de 2019.

DEMÓSTENES TRES ALBUQUERQUE

Procurador em substituição